

Uma breve trajetória das representações políticas

Ana Luiza Rios Martins
Mestranda em História e Culturas (Universidade Estadual do Ceará - UECE)
luiza_sky@yahoo.com.br

HOLLANDA, Cristina Buarque de. *Modos de representação política: o experimento da Primeira República Brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG. Rio de Janeiro. Editora IUPERJ, 2009.

Originais recebidos em: 18/11/2010
Aceito para publicação em: 24/01/2011



Este trabalho está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-Uso Não-Comercial-Vedada a criação de obras derivadas 3.0 Unported License.

Cristina Buarque de Hollanda é muito conhecida entre aqueles que têm como temática de pesquisa a política. Para isso, é só lembrarmos do livro que foi editado no Brasil, intitulado *Polícia e direitos humanos: política de segurança pública no primeiro governo Brizola (Rio de Janeiro, 1983-1986)* ou seu artigo publicado em livro, investigando a justiça de transição na Argentina, África do Sul e Timor Leste. Em *Modos de representação política*, a autora permanece nessa mesma temática, desta vez analisando como os diferentes conceitos de representação escritos por autores em temporalidades diferentes foram entrando em confluência até os dias atuais, servindo como modelo para conceituar as representações na política contemporânea.

A obra é um pouco complexa para quem não apresenta formação na área da autora, que é graduada em Ciências Sociais e possui mestrado e doutorado em Ciências Políticas, porém muito inovadora por basear as suas discussões em fontes primárias, diferente de muitos dos seus companheiros que centralizam suas análises em fontes secundárias. No primeiro capítulo Cristina Buarque chama a atenção para um grande

número de teóricos que buscavam conceituar, por diferentes prismas, as noções de representação no mundo político. Nesse sentido, a autora buscou se debruçar em obras-chaves desses diferentes teóricos para enfim tentar entender como esses traços das representações do passado influenciaram tanto o nosso presente.

Depois de ter prendido a atenção do leitor nessa primeira parte, que é mais um apanhado do referencial teórico, mostrando como Hobbes, Althusius, Giuseppe Duso e Rousseau poderiam trazer em seus discursos rupturas e continuidades para as noções de representação política no mundo moderno, a autora passa no segundo capítulo a tratar das diferentes definições de representação, relatando alguns casos brasileiros. Ela o intitulou de “Representação como substância” e nos sete subitens buscou passar para o leitor a importância do positivismo para a formação da Primeira República brasileira. Ela associa essa corrente filosófica à principal expressão política nesse princípio de condução da vida social urbana. Seu legado foi marcado pelo interesse de organização dos cidadãos instruindo-os através da educação, com a finalidade de alcançarem o ápice da ordem e da moral desses indivíduos. Todos aqueles que se distanciavam dessa matriz positivista eram alvos de repressão. O caso do governo de Castilhos¹ simboliza bem a ligação do poder com o autoritarismo, marca substancial das ditaduras militares de nosso país. O triunfo da técnica, da racionalidade e da ciência como explicação de mundo foram marcas que fizeram dos governantes brasileiros exemplos fortes da matriz positivista.

No terceiro capítulo Cristina Buarque vai trazer a discussão da representação como verdade, apoiada na análise do político baiano Rui Barbosa, principal nome do liberalismo republicano. Em seu extenso e diverso repertório de discursos, sobretudo naqueles destinados às campanhas eleitorais, as reflexões sobre representação política, embora não sistematizadas, ocuparam lugar importante. Por ocasião da Campanha Civilista, o tema da representação assumiu a forma da crítica contundente ao militarismo. O civilismo marcou bastante a Primeira República, pois, segundo a autora, este movimento veio marcar uma nova esperança para os cidadãos que estavam céticos no que diz respeito ao processo de representação política. Rui Barbosa, para ganhar adeptos em sua campanha, valorizava o homem do campo focado a sua utilidade. Ele acreditava que existiam mais semelhanças do que diferenças entre os homens do campo

¹ Júlio Prates de Castilhos nasceu em Cruz Alta no dia 29 de junho de 1860 e morreu em Porto Alegre no dia 24 de outubro de 1903. Foi um jornalista e político brasileiro, eleito Patriarca do Rio Grande do Sul pelos seus conterrâneos. Foi presidente do Rio Grande do Sul por duas vezes e principal autor da Constituição Estadual de 1891. Disseminou o ideário positivista no Brasil.

e das cidades, bem diferente do pensamento de Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*. Para esse político baiano, o indivíduo morador do sertão era uma vítima dos políticos no poder. As oligarquias eram corruptas e deveriam ser deslocadas desses espaços do campo para finalmente o sertanejo viver na justiça. Nesses discursos encontramos um homem idealista, que acreditava numa função primordial da moral para se obter a perfeição dos governantes.

Já no capítulo quatro, encontramos a crise do liberalismo, proveniente de inúmeros motivos, entre eles a queda da bolsa de valores. Essas experiências históricas foram fundamentais para a criação de um sistema realista, que tinha como marca o localismo, representado pela idéia de voltar os nossos olhos para os problemas brasileiros, para enfim encontrar maneiras de solucionar a crise política, pois os modelos de outros países não podiam ajudar a passarmos por essas rupturas. Nessa perspectiva, as discussões fabricaram o conceito de farsa, cuja justificativa estava na conclusão de que a massa amorfa possuía pouca consciência cívica e que por esse motivo era incapaz de colocar pessoas iluminadas no poder. O Estado passou a ter o dever de educar esses futuros votantes para que os mesmos se tornassem esclarecidos. A ocupação do parlamento foi preenchida em sua maioria por magistrados e elitistas que representavam o interesse de uma minoria. Temos como exemplo desse modelo o governo americano que articula no parlamento os interesses dos brancos enquanto todo resto da população constituída de negros pobres ficavam a mercê desses grupos. Num estilo de governo como este o proletariado jamais pensará em chegar ao poder já que eles são preparados para votarem e não para serem votados.

Entre os capítulos cinco e seis, percebemos que se formou uma discussão em torno dos parlamentares sobre a possibilidade dos homens comuns serem incluídos na vida pública, embora parecesse uma contradição, já que em paralelo a isso existiam críticos que percebiam a massa como indivíduos incapacitados de lidarem com os problemas da representação política. A variedade desses eixos de discussão não fugiu aos limites da polêmica sobre limitação ou alargamento do universo eleitoral. Mas para alguns como Francisco Glicério, que foi o principal defensor do voto censitário, o sufrágio universal significava a grande desagregação moral e corrupção dos costumes políticos. Quanto mais o eleitorado fosse reduzido, mais capaz este seria de escolher bons líderes. Os sujeitos que faziam parte dessa minoria eram magistrados e elitistas. Eram estes grupos que tratariam dos “interesses” das massas.

Apesar da importante expressão parlamentar do censitarismo, a defesa do voto universal reuniu muito mais adeptos e esteve mais afinada com o modo predominante de entendimento da representação política na Primeira República. Leis e propostas tentavam evitar uma dispersão do eleitorado. Havia também uma preocupação das elites devido à separação dos grupos que se reuniam para reclamar. Assim foi criada a idéia de eleger as pessoas a partir das suas categorias profissionais. Mas as reclamações foram constantes já que essas divisões por corporações só conseguiam resolver interesses em determinadas categorias e não objetivos que englobassem o país.

Chegando ao capítulo sete encontramos o desencanto pela política. Uma grande preocupação de reformá-la a partir de princípios do Direito e da Educação. Assim, o Direito passou a legislar sobre a eleição. O positivismo estava ainda bem arraigado, já que havia um interesse dos dominantes de fazerem com que os votantes criassem um profundo conhecimento pela coisa pública. A educação entrava na forma de permitir que o cidadão se corrigisse e assim pudesse eleger o melhor governo. Essa educação entrava numa perspectiva onde o homem pudesse entender o seu papel no funcionamento das leis naturais, que aquele lugar de líder não é seu, mas isso não o impede de fazer a escolha certa.

Na leitura que se faz do capítulo oito, não podemos deixar passar despercebido a história de Assis Brasil. O mesmo entendia que as pessoas estavam mudando e com isso se fazia necessário um novo tipo de constituição, pois segundo Assis o eleitor dependia muito da lei que se adotava. Houve uma necessidade de usar leis para garantir um tipo de processo eleitoral mais justo. Assis Brasil também defendia o sufrágio universal, o proporcionalismo e o voto feminino. Jamais se imaginou que as mesmas pudessem ocupar cargos no governo, pois nesse período elas possuíam bastantes restrições.

No capítulo nove, o Governo Provisório inaugurado com a Revolução de 1930 e chefiado por Getúlio Vargas nomeou uma comissão para estudo e proposição de reformas das leis brasileiras dividida em 20 subcomissões. Em razão de seu conhecido desenvolvimento com o tema eleitoral, Assis Brasil foi o único ministro designado para uma dessas subcomissões, denominada Reforma da Lei e Processo Eleitorais. Assis assinou nessa subcomissão dois projetos, promulgados em 1932, denominado Código Eleitoral. A transição para um novo capítulo da história republicana veio associada ao desejo de superação do vício eleitoral. O voto livre foi um dos imperativos dessa nova República.

Nas considerações finais, Cristina Buarque de Hollanda faz um balanço sobre os diferentes modos de representação política e os efeitos das mesmas nos costumes do povo brasileiro. Pauta inclusive o desencanto de inúmeras matrizes como a positivista e o liberalismo, apesar de identificar através das experiências passadas, muitos fragmentos que foram deixados pelas mesmas e ainda a crença dos indivíduos na ação transformadora do Estado. No entanto a autora percebe o desencanto com as origens da República que produziu pessimismo com relação à capacidade das leis alterarem os hábitos degradados. O que realmente aparenta ter tido uma continuidade foi o jogo de interesses de grupos que se revezavam constantemente no poder. Muitas vezes esses grupos se reinventavam, apareciam até mesmo com “uma nova roupagem”, ou seja, com outros discursos e novas alianças. Essa busca por adeptos fez com que o primeiro código eleitoral brasileiro, marcado pelo alargamento do princípio representativo, inscreveu-se num preâmbulo de um regime político e autoritário.